

Declaração de Catarina Martins

11 de outubro de 2019

Na noite das eleições, o Bloco apresentou claramente a sua disponibilidade para uma negociação e apontou dois caminhos que o PS poderia escolher:

- pelo primeiro, seria reeditado um acordo como o celebrado há 4 anos, em novos termos, com a abertura imediata de negociações que fizessem refletir o conteúdo desse acordo no programa do governo;

- pelo segundo, o PS limitar-se-ia a procurar apoios parlamentares para aprovar legislação, incluindo os orçamentos do Estado. O Bloco declarou-se de imediato disponível, como sempre esteve, para apreciar e negociar com o PS as decisões a tomar no parlamento.

Na quarta feira, as direções do Bloco e do PS reuniram-se neste local e apresentei então a António Costa um documento propondo uma metodologia e bases políticas para a negociação de um acordo de legislatura, em que a autonomia política dos partidos co-existisse com medidas de estabilidade na recuperação de direitos e rendimentos.

Essas bases eram as seguintes:

- Eliminação das normas introduzidas sob a troika na legislação do trabalho (férias, horas extra e compensação por despedimento). Note-se que o Partido Socialista se opôs à introdução destas normas pelo governo PSD/CDS;

- Definição no acordo de uma trajetória base para o salário mínimo nacional (em valor a fixar na posterior negociação);
- Fim da discriminação de jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração em sede de período experimental;
- Continuidade das salvaguardas existentes no anterior acordo, que excluía as seguintes políticas:
 - cortes diretos ou indiretos em salários e pensões (incluindo mediante revisão das carreiras especiais da Administração Pública ou de leis laborais);
 - agravamento fiscal sobre bens e serviços essenciais;
 - desagravamentos da contribuição patronal para a Segurança Social;
 - revisão constitucional ou de leis eleitorais por acordo com os partidos de direita;
 - privatizações.

Ou seja, as mesmas salvaguardas existentes nos últimos 4 anos.

O Partido Socialista, tal como declarou no final da reunião com o Bloco, comprometeu-se a avaliar e responder a esta proposta com vista a abrir negociações aprofundadas.

Ontem, no final de uma reunião com confederações patronais, o secretário geral do PS declarou a sua recusa a qualquer alteração à lei laboral. Em seguida, o PS comunicou ao Bloco a sua indisponibilidade para a continuidade de negociações sobre um acordo.

Ao decidir pôr um ponto final à existência do modelo de acordo político que ficou conhecido como geringonça, o

Partido Socialista recusa um modelo que deu provas de resistência face a turbulências políticas, que impediu recuos e assegurou um percurso estável de recuperação do país e de respeito pelos direitos e rendimentos. Os acordos da geringonça foram uma garantia de estabilidade na vida das pessoas e o Bloco lamenta a decisão do PS de não continuar esse caminho.

O Bloco mantém o que disse na campanha e na noite eleitoral: o nosso mandato é para, em todas as ocasiões e em cada votação, defender e promover um país mais justo em direitos, na economia e no ambiente. Não estando o PS disponível para um acordo de legislatura, o Bloco intervirá no trabalho parlamentar e face a cada lei em concreto, com a disponibilidade anunciada desde a primeira hora para encontrar as melhores soluções.

O Partido Socialista já solicitou ao Bloco de Esquerda uma reunião para iniciar conversações neste novo quadro. Essa reunião terá lugar brevemente.